

LEI EM VIGOR

DECRETO Nº 561, DE 23 DE JANEIRO DE 1976.

**DISCRIMINA BENS PÚBLICOS DE USO ESPECIAL,  
RECONHECIDOS DE DOMÍNIO DO MUNICÍPIO DO  
RIO DE JANEIRO**

Imprimir

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no artigo 70, inciso III, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no artigo 1º do Decreto-lei Nº 128, de 10 de junho de 1975,

**DECRETA:**

Art. 1º São a seguir discriminados bens públicos de uso especial, reconhecidos de domínio do Município do Rio de Janeiro, nos termos do inciso III, do artigo 1º, do Decreto-lei Nº 128, de 10 de junho de 1975:

1) imóvel na Rua Emílio de Menezes Nº s 230 e 230-fundos, na Freguesia de Inhaúma, nesta Capital, adquirido em maior porção, conforme termo de cessão lavrado em 21 de dezembro de 1916, na então Secretaria Geral de Viação e Obras, da antiga Prefeitura do Distrito Federal, imóvel esse ocupado por repartições transferidas para o Município do Rio de Janeiro pelos Decretos Nº 146 e Nº 157, respectivamente, de 2 de junho de 1975 e 11 de junho de 1975;

2) imóvel na Avenida Brás de Pina s/nº, entre a Avenida Lobo Junior e a Rua Flora Lobo, na Freguesia de Irajá, nesta Capital, adquirido parte nos autos da ação da desapropriação movida contra a Comercial e Imobiliária Rio-Minas S.A, perante a 8ª Vara da Fazenda Pública, mediante imissão de posse efetivada em 4 de outubro de 1963, e a parte restante conforme transcrição realizada em 29 de agosto de 1963, nº 8º Ofício do Registro de Imóveis desta Cidade, no livro 3-BP, a fls. 172, sob o Nº 57.623, imóvel esse que constitui o "Parque Ari Barroso", transferido para o Município do Rio de Janeiro pelos Decretos Nº 58 e Nº 123, respectivamente, de 29 de abril de 1975 e 21 de maio de 1975;

3) imóvel na Rua Retiro dos Artistas s/nº, junto e antes do Nº 159, na Freguesia de Jacarepaguá, nesta Capital, adquirido parte por escritura lavrada em 10 de maio de 1902, em notas do Tabelião Lino Alves da Fonseca, e a parte restante conforme transcrição reali-

zada em 13 de julho de 1949, nº 9º Ofício do Registro de Imóveis desta Cidade, no livro 3-T, a fls. 74, sob o Nº 11.642, imóvel esse que constitui o "Cemitério Municipal de Jacarepaguá", transferido para o Município do Rio de Janeiro pelo Decreto Nº 58, de 29 de abril de 1975;

4) imóvel na Estrada de Urucânia s/nº , na Freguesia de Santa Cruz, nesta Capital, adquirido por termos lavrados em livros de "Abertura de Ruas", sucessivamente em 17 de janeiro de 1949, no livro 15, a fls. 180, em 8 de junho de 1949, no livro 16, a fls. 21, e em 16 de dezembro de 1949, no livro 16, a fls. 57, imóvel esse ocupado pela "Escola Ribeiro Couto", transferida para o Município do Rio de Janeiro pelo Decreto Nº 157, de 11 de junho de 1975.

**Art. 2º** O imóvel referido sob o Nº 21, no artigo 1º, do Decreto Nº 159, de 12 de junho de 1975, e sob o Nº 6, no artigo 1º, do Decreto Nº 507, de 12 de dezembro de 1975, constituindo uma só unidade imobiliária, passa a ter a discriminação única seguinte:

- imóvel na Rua Dom Pedrito Nº 1, na Freguesia de Campo Grande, nesta Capital, adquirido por termo de cessão de áreas e por termo aditivo, respectivamente lavrados em 26 de outubro de 1945, a fls. 116-verso do livro 14, e em 18 de novembro de 1947, a fls. 88-verso do livro 15, ambos de "Abertura de Ruas", imóvel esse ocupado pela Sede da Região Administrativa de Campo Grande e por repartições outras, transferidas para o Município do Rio de Janeiro pelos Decretos Nº 58, 123 e 157, respectivamente, de 29 de abril de 1975, 21 de maio de 1975 e 11 de junho de 1975.


**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1976.

FLORIANO FARIA LIMA

LAUDO DE ALMEIDA CAMARGO

---

 **Nota:** Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

 **Data de Publicação no Leis.org:** 30/08/2023